

RECEP GM/MJ
02/08/96.2
81
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700
l-oo
da

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
Distrito, Ener...

REGISTRO CIVIL DA INSCRIÇÃO
CIVIL DE BELEM, TOB
Juiz de Direito em exercício
MARIO LONGMAN
Escritório
MARIO LONGMAN
substituto
FATIMA VIEIRA
substituto

Estado Pernambuco
Distrito, Ener...

REPUBLICA FEDERAL DO BRASIL
Distrito, Ener...

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Distrito, Ener...

uma Zona Judiciária, em virt...

FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos -- Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil – História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – Relatório.

Orlando era casado com Sinésia de Carvalho Bomfim e pai de seis filhos. No dia 08/10/1975, dezessete dias antes da morte de Vladimir Herzog, um filho de Orlando Bomfim recebeu telefonema anônimo, em que algum amigo de seu pai comunicava a prisão de Orlando e pedia que a família contratasse um advogado e comunicasse o fato à ABI – Associação Brasileira de Imprensa. Imediatamente, os filhos e o Comitê Central do PCB mobilizaram-se para localizá-lo. Orlando tinha sido preso na tarde daquele dia, no Rio de Janeiro, nas proximidades da Vila Isabel.

Foi impetrado um *habeas-corpus* em seu favor junto ao Superior Tribunal Militar pelo advogado Humberto Jansen Machado, da ABI. No dia 13, o advogado entrou com uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Orlando tinha um mandado de prisão preventiva decretado. Cartas foram enviadas ao MDB, ao Ministro da Justiça e a parlamentares. Contatos foram feitos com a OAB, CNBB, Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, Comissão Justiça e Paz do Rio e de São Paulo, cardeal Dom Eugênio Sales, sem conseguir qualquer informação oficial a respeito de seu paradeiro. O deputado Getúlio Dias, na liderança do MDB na Câmara, denunciou da tribuna mais esse desaparecimento.

No dia 31 de outubro, durante a comoção nacional provocada pela morte de Vladimir Herzog, a família recebeu a informação, através de amigos e de áreas militares, de que ele estava preso no DOI-CODI/RJ. Todos os contatos foram retomados. Novas cartas foram despachadas e a ABI, solicitada, enviou um pedido de informação ao comandante do I Exército, general Reynaldo Mello de Almeida. Mas, onze dias depois, o I Exército informava que ele não estava e nunca estivera lá. A resposta de outras áreas militares seria idêntica, ninguém assumia sua prisão. O comunicado oficial do general Reynaldo, que seria posteriormente presidente do STM, foi particularmente frustrante para a área sensível aos Direitos Humanos, visto que sua nomeação para o comando regional do Exército tinha gerado expectativas otimistas pelo fato de ser filho de um dos grandes nomes da literatura brasileira, José Américo de Almeida. Numa abordagem que seria soterrada depois que a abertura democrática permitiu a revelação de uma boa parte do ocorrido nos porões da ditadura, sua nota oficial pontificava: *“O Exército brasileiro conhece perfeitamente sua destinação constitucional e jamais se afastaria das normas legais vigentes, principalmente na salvaguarda e preservação dos legítimos direitos dos cidadãos e da própria Pátria”*.

No dia 27 de novembro surgiu o primeiro boato sobre o destino de Orlando Bomfim. O jornal *O Estado de São Paulo* recebeu um telefonema anônimo informando que ele estava morto. No mesmo dia, a sucursal carioca da *Folha de S.Paulo* recebia um telex informando sobre sua morte na prisão, durante interrogatório. De acordo com declarações do ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Dias Chaves do Canto, (Veja de 18/11/1992), Orlando foi morto com uma injeção para matar cavalos. Foi capturado no Rio de Janeiro pelo DOI-CODI de São Paulo e levado para um cárcere na rodovia Castelo Branco, onde foi executado, sendo seu corpo jogado na represa de Avaré, no trecho entre a cidade de Avaré (SP), e a rodovia Castelo Branco. Nos documentos encontrados nos arquivos secretos do DOPS/SP é possível ler as seguintes informações sobre Orlando Bomfim: *“- 14/7/64 - Cassado pelo AI-1 de 1964;- 1/6/71 - foi condenado a 7 anos de prisão pela Auditoria da 4ª RM. - 22/9/78 - O Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha o absolveu por insuficiência de provas”*.



VLADIMIR HERZOG (1937 – 1975)

Número do processo: 210/96

Filiação: Zora Herzog e Zigmund Herzog

Data e local de nascimento: 27/05/1937, em Osijek, Croácia

Organização política ou atividade: PCB

Data e local da morte: 25/10/1975, São Paulo (SP)

Relator: Paulo Gustavo Gonet Branco

Deferido em: 02/04/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 11/04/1996

O caso Vladimir Herzog produziu uma comoção nacional que fez mudar a atitude da sociedade civil frente às torturas praticadas contra presos políticos. As violências vinham se repetindo há muitos anos, como já ficou claro nas páginas anteriores deste livro-relatório. Mas, até então, os casos eram denunciados no exterior e em segmentos numericamente restritos, dentro do País, como universidades, igrejas, parlamentares e entidades vinculadas à defesa dos Direitos Humanos.

Ocorreram exceções a essa regra geral, em alguns poucos episódios, como a missa celebrada na Sé de São Paulo na morte do estudante Alexandre Vannucchi Leme, em março de 1973, que reuniu milhares de pessoas. Mas prevaleceu na sociedade brasileira, desde os primeiros casos que foram noticiados, como a morte do sargento Manoel Raimundo Soares, cujo corpo foi encontrado boiando no rio Guaíba, no Rio Grande do Sul, em 1966, uma postura de ceticismo que repetia, em escala reduzida, o fenômeno alemão da recusa em acreditar que os campos de concentração realmente existiam. A morte de Vladimir Herzog ocorreu quando a censura à imprensa começava a ser abrandada e os cidadãos perdiam o medo de discordar e protestar. A repercussão das denúncias trouxe profundos danos à credibilidade do regime militar e permitiu que explodisse um forte sentimento de indignação em todos os meios capazes de formar opinião. A falsidade do alegado suicídio já ficou patente nas próprias fotos que mostravam o jornalista enforcado nas dependências do DOI-CODI paulista, onde tinha se apresentado para depor, atendendo a uma intimação recebida na véspera.

Nascido na Croácia, antiga Iugoslávia, Vladimir Herzog chegou ao Brasil aos nove anos de idade. Brasileiro naturalizado, começou a carreira de jornalista em 1959 no jornal *O Estado de São Paulo*, onde foi repórter, redator e finalmente chefe de reportagem. Em 1965, se estabeleceu em Londres durante dois anos, onde trabalhou como produtor e locutor da BBC. De volta ao Brasil trabalhou durante cinco anos como editor cultural da revista *Visão*. Em 1971, elaborou uma extensa reportagem de capa para a revista sobre os problemas das TVs educativas no Brasil. Em 1973, passou a trabalhar como secretário do jornal *Hora da Notícia* na *TV Cultura* e, em seguida, assumiu o cargo de diretor do departamento de telejornalismo. Nessa função, começou a colocar em prática seu conceito de *"responsabilidade social do jornalismo"*. Defendia que a TV Cultura deveria produzir um jornalismo profissional, que não fosse servil ao Estado e que, mais do que educativo ou cultural, fosse público. Para Herzog, o jornalismo não podia praticar um monólogo, e sim um diálogo com a sociedade, superando todo tipo de paternalismo e incorporando *"os problemas, esperanças, tristezas e angústias das pessoas às quais se dirige"*. Também era professor universitário e tinha escrito uma peça de teatro.

Vladimir Herzog entrou na lista dos visados pelos órgãos de repressão por ser suspeito de integrar o PCB. Foi convocado e compareceu voluntariamente ao DOI-CODI/SP, na rua Tutóia, bairro do Paraíso, às 8 horas da manhã do dia 25/10/1975. No mesmo dia, por volta de 15 horas, teria sido encontrado morto por seus carcereiros e algozes, enforcado com o cinto do macacão de presidiário, mais uma vez com os pés apoiados no chão, em suspensão incompleta. Seus companheiros de prisão foram unânimes em declarar que o macacão obrigatório para todos eles não possuía cinto.

Essa farsa terminou de ser desmascarada quando se tornaram públicos os depoimentos de George Duque Estrada e Leandro Konder, jornalistas presos no mesmo local, que testemunharam ter ouvido os gritos de Herzog sendo torturado. Evidências inquestionáveis da tortura tinham sido identificadas pelo comitê funerário judaico, responsável pela preparação do corpo para o sepultamento. Por essa razão, Herzog não foi enterrado na área do cemitério destinada aos suicidas, conforme preceitos religiosos do Judaísmo. Por fim, as afirmações contraditórias dos médicos legistas Harry Shibata, Arildo de Toledo Viana e Armando Canger Rodrigues, durante a ação judicial movida pela família, também contribuíram para desmontar a versão de suicídio. Ao receberem a notícia da morte, jornalistas paralisaram muitas redações em São Paulo, sendo que os responsáveis pelas empresas precisaram negociar para que os profissionais garantissem a edição do dia seguinte. O Sindicato dos Jornalistas declarou vigília permanente e foi convocada uma celebração religiosa na Catedral da Sé, que o então comandante do II Exército, general Ednardo D'Avila Melo, tentou impedir fechando as avenidas que conduziam ao centro de São Paulo. Mesmo assim, milhares de pessoas se aglutinaram no templo superlotado, extravasando para um parte da praça, durante o culto ecumênico concelebrado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pela rabino Henry Sobel e pelo reverendo Jaime Wright, irmão do desaparecido político Paulo Stuart Wright.

Em 1978, uma decisão judicial declarou a União responsável por sua morte. A partir disso, a tramitação do processo referente a Herzog na CEMDP não teve qualquer controvérsia ou percalço, sendo o requerimento aprovado por unanimidade logo nos primeiros meses de funcionamento da Comissão Especial. Lamentavelmente, o Relatório do Ministério da Marinha, apresentado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, quando o Estado Democrático de Direito já completava cinco anos de vigência plena em nosso país, preferiu manter-se fiel à versão dos porões do regime ditatorial: *"suicidou-se em 25 de outubro de 1975, por enforcamento, no interior da cela que ocupava no DOI-Codi do II Exército, segundo apurado em IPM e laudos elaborados pelos órgãos competentes da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo"*.

Em 1979, em homenagem a Vlado – como era conhecido pelos seus colegas, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo criou o *Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos*.



ÉLSON COSTA (1913 – 1975)

Número do processo: 031/96

Filiação: Maria de Novaes Costa e João Soares da Costa

Data e local de nascimento: 26/08/1913, Prata (MG)

Organização política ou atividade: PCB

Data e local do desaparecimento: 14/01/1975, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Dirigente do PCB, seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Natural da cidade de Prata, no Triângulo Mineiro, Élson era o responsável pelo setor de agitação e propaganda do PCB, trabalhando na produção e divulgação do jornal *Voz Operária*, órgão oficial do partido.

Iniciou sua militância política liderando uma greve de caminhoneiros em Uberlândia. Já militante do PCB, viajou pelos países socialistas do Leste Europeu na década de 1960. Perseguido após abril de 1964, teve seus direitos políticos cassados. Era casado com Aglaé de Souza Costa e foi deslocado pelo partido para atuar em diferentes cidades brasileiras: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Niterói, Campo Grande, Recife, Curitiba e finalmente São Paulo.

Em 1970, foi condenado pela Justiça Militar e cumpriu pena em Curitiba(PR). Solto, passou a viver com o nome de Manoel de Souza Gomes e residia na Rua Timbiras, no bairro de Santo Amaro, quando foi preso na manhã do dia 15/01/1975, no bar ao lado de sua casa, de acordo com as informações contidas no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos*.

O ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves, informaria na já citada matéria da revista *Veja*, de 18/11/1992, que os integrantes do Comitê Central do PCB que foram mortos pelos órgãos de segurança no início de 1975 tiveram seus corpos jogados no rio de Avaré, no interior de São Paulo. Esse ex-sargento relatou: *"Outro que está no rio é Elson Costa, assassinado em 1975. Ele era o encarregado da seção de agitação e propaganda do partido. Na casa de Itapeví, foi interrogado durante vinte dias e submetido a todo tipo de tortura e barbaridade. Seu corpo foi queimado. Banharam-no com álcool e tocaram fogo. Depois, Elson ainda recebeu a injeção para matar cavalo"*.

O Relatório do Ministério do Exército, de 1993, registra o dia 16, e não 15, como data do desaparecimento: *"no dia 26/02/1975, seu irmão Oswaldo Costa esteve no QG do II Exército para informar que ele teria sido levado pelos ocupantes de dois veículos tipo 'Veraneio', no dia 16/01/1975. Segundo ele, o fato foi testemunhado pelo proprietário de um bar e noticiado pelos jornais, como sendo o seqüestro de um rico comerciante. A ocorrência foi registrada no 11° DP, conforme BO N. 315/75 como tendo ocorrido na rua Timbiras, 199, em Santo Amaro/SP"*.

Já o jornalista Elio Gaspari, em *A Ditadura Encurralada*, aponta o dia 14 como data do desaparecimento: *"No dia 13 de janeiro o CIE estourou a capa de proteção do PCB e localizou a gráfica clandestina onde se imprimia o jornal Voz Operária, no subúrbio carioca. Ela funcionava num subterrâneo, num sítio. Chegava-se à impressora por um alçapão existente no fundo de uma caixa-d'água, que era esvaziada para que os trabalhadores descessem. A Voz submergira em 1964, mas reaparecera um ano depois, circulando mensalmente. Com a gráfica, sumiu mais um pedaço da cúpula do Partidão. Um dos responsáveis pelas máquinas, Élson Costa, desapareceu no dia 14 de janeiro. Dirigente experimentado, já passara em silêncio por duas cadeias. Segundo um sargento do DOI, mataram-no numa casa do CIE, na periferia de São Paulo"*.

Em 2004, Élson Costa foi homenageado com a Medalha Tributo à Utopia, criada no ano anterior pela Câmara Municipal de Belo Horizonte para lembrar as vítimas da ditadura, mortos e desaparecidos políticos.